



Infância Medicada: A Interpretação Patológica dos Comportamentos Infantis no Ambiente Escolar

Thamires Garcia
Wesley Kozlik Silva

Medicated Childhood: The Pathological Interpretation of Children's Behaviors in the School Environment

RESUMO

Objetivo: O presente trabalho tem como objetivo encontrar estudos que apresentem a problemática da patologização de comportamentos infantis como modelo de higienização escolar. A pesquisa foi realizada por método de revisão bibliográfica integrativa, enfatizando os efeitos prejudiciais da abordagem com medicamentos durante o processo do desenvolvimento infantil e aprendizagem, trazendo em pauta como comportamentos particulares são interpretados como patológicos. Os resultados enfatizam a necessidade de uma mudança nas dinâmicas escolares e uma maior sensibilidade na prescrição dos diagnósticos. Conclui-se que é fundamental repensar os padrões de normalidade infantil e avaliar criticamente a necessidade de medicação, promovendo um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo, que respeite as particularidades de cada criança e busque alternativas à medicalização.

Palavras-chaves: Comportamento Infantil; Medicalização, Patologização.

ABSTRACT

Objective: The present work aims to find studies that present the problem of the pathologization of children's behaviors as a model of school hygiene. The research was carried out using an integrative bibliographic review method, emphasizing the harmful effects of the approach with medicines during the process of child development and learning, bringing into focus how particular behaviors are interpreted as pathological. The results emphasize the need for a change in school dynamics and greater sensitivity in prescribing diagnoses. It is concluded that it is essential to rethink child normality standards and critically evaluate the need for medication, promoting a more welcoming and inclusive school environment, which respects the particularities of each child and seeks alternatives to medicalization.

Keywords: Child behavior; Medicalization; Pathologization.

*Correspondência:

Autor: Wesley K Silva

Email:

wesley.koslic@uniquairaca.edu.br

Recebido: 20/10/2024

Aceito: 02/12/2025

Publicado: 28/02/2026

Licença

Copyright (c) 2026 Revista
Voos Polidisciplinar

Este trabalho está licenciado
sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

INTRODUÇÃO

Embora as discussões acerca da patologização do comportamento humano já tenham se popularizado em diversos espaços, ainda, comportamentos que seriam considerados corriqueiros da experiência humana são interpretados através de uma lente patologizante, o que muitas vezes resulta em intervenções farmacológicas sem uma compreensão adequada das causas subjacentes. Essa abordagem farmacológica da psicopatologia pode ser especialmente problemática quando aplicada a crianças em desenvolvimento.

Alves, Brandão, e Bacelar Júnior (2021), discutem a compreensão da infância percorrendo três espaços que formam uma rede inerente, nos quais a criança se relaciona: o escolar, que é repleto de interações e relações, sendo, portanto, marcado por sua intensidade e dinamismo, enriquecido pela criança e sua diversidade sociocultural. O social, pois a criança influencia o meio em que vive e, ao mesmo tempo, é impactada por ele, criando uma relação de troca contínua. Mesmo sendo constantemente transformada, ela também tem o poder de modificar o ambiente ao seu redor e o espaço familiar, que é parte integrante da construção da identidade da criança, apontando a necessidade mais essencial ao longo do desenvolvimento infantil de ser reconhecida e validada pelo outro.

A partir de Luengo (2020), compreende-se que a constituição da infância foi objetificada e suscetível à higienização, que se enraizou nas instituições e ganhou espaço no âmbito escolar e disciplinar ao longo de um processo histórico, durante o qual diversas formas de disciplinarização foram se consolidando e se tornando presente nas práticas eugênicas e higienistas com o objetivo de estabelecer a ordem social, ignorando o impacto das relações sociais e familiares e se concentrando exclusivamente em intervenções farmacológicas ou terapias baseadas unicamente em abordagens biomédicas para resolver a problemática, patologizando tais comportamentos.

A compreensão do conceito de patologização é fundamental para uma análise crítica dos processos de medicalização na saúde mental, especialmente no contexto escolar. A palavra “patologia” tem origem na palavra grega “pathos”, que denota uma experiência de sofrimento e passividade. Essa raiz linguística sugere que a patologização não se refere apenas à identificação de sintomas ou comportamentos desviantes, mas também implica uma narrativa de dor e submissão. Além disso, o autor aponta para a raiz latina da palavra,

“patere”, que também significa “sofrimento” ou “paixão”, o que torna ainda mais evidente a angústia emocional associada à patologização, que está relacionada ao conceito escolar. A escola é uma instituição de produção e regulação social, que compreende o conceito de patologização como a identificação de uma doença que, apesar de não existir, a equipe escolar e de saúde passa a reconhecer e identificar como tal, o que pode levar à prescrição de medicalização. (Luengo, 2020).

O fenômeno da medicalização não é algo recente, desde o século XVIII, com o surgimento dos centros urbanos na França, práticas higienistas começaram a ser adotadas, dando início a medicalização que, gradualmente, se integrou à sociedade. No contexto escolar criança é observada, e determinados comportamentos ou seu desempenho pode ser caracterizado como problemático quando são diferentes do esperado. A psicopatologização vem atravessando esse espaço, a aprendizagem e a dificuldade de aprender muitas vezes são vistas apenas sob uma perspectiva individual, como se fossem características intrínsecas, direcionando o foco a uma patologia (Alves, Brandão, e Bacelar Junior, 2021).

Scarin e Souza (2020) destacam que, diante dessas dificuldades comportamentais e de aprendizagem, é comum que crianças e adolescentes sejam encaminhados para avaliação médica, podendo resultar em diagnósticos de transtornos psicológicos ou psiquiátricos e esses diagnósticos podem muitas vezes não reconhecer a individualidade de aprendizagem da criança e a tratar de forma genérica.

Esses diagnósticos e discursos de patologizar comportamentos e dificuldades de aprendizagem podem ter consequências significativas. Por um lado, pode levar a uma simplificação dos desafios enfrentados pelos alunos, desconsiderando fatos e contextos importantes que podem estar contribuindo para seu comportamento. Por outro lado, pode ser levado ao uso de medicamentos e intervenções distintas sem antes tentar outros métodos como a compreensão das necessidades individuais do aluno e do contexto educacional em que está inserido.

A escola, em sua função normativa, pode ser compreendida a partir do estudo de Mendes (2006) que explora a noção de corpo nas análises de Foucault e sua relação do poder disciplinar e a biopolítica e como espaço onde a disciplinarização e o controle dos corpos são evidentes, com imposições de regras que influenciam na construção da identidade dos

alunos através das interações sociais. O processo de subjetivação é continuamente negociado entre a normatização e o controle das relações de poder.

Diante deste cenário, a pesquisa busca encontrar estudos em bases de dados científicos que apresentem a problemática da patologização de comportamentos infantis como modo de higienização escolar.

MÉTODO

O objetivo deste estudo é alcançado através do método de revisão bibliográfica integrativa, definida por Souza, Silva, e Carvalho (2010) como metodologia útil que torna possível a análise crítica de diversos estudos sobre o tema, a partir de um conjunto de pesquisas, exercendo uma influência direta sobre elas. Foram utilizados cinco, dos seis passos propostos pelos autores para a elaboração da revisão integrativa: busca na literatura, coleta de dados, análise crítica dos estudos incluídos, discussão dos resultados e a apresentação da revisão.

A busca para a coleta de dados foi realizada através de artigos científicos nas bases de dados do Google Acadêmico e SciELO, utilizando como descritores: história da infância, medicalização, patologização da infância e higienização escolar. Foi estabelecido o período de publicações, de janeiro de 2019 a agosto de 2024.

A revisão dos textos ocorreu em dois momentos: durante os meses de fevereiro a junho de 2024; e agosto a outubro de 2024. No primeiro momento, houve uma análise preliminar, tendo como critérios estar em português e abordar a temática patologização da infância.

Na sequência desta etapa foi realizada a leitura dos resumos, para identificar os estudos que atendiam aos critérios de inclusão: pesquisas e relatos, artigos que abordam comportamentos infantis rotulados cientificamente por desviarem regras culturalmente construídas, reconhecendo o sofrimento da criança e de seus responsáveis, não reduzindo apenas a um diagnóstico. Os critérios de exclusão: pesquisas que ignoram o impacto das relações sociais e familiares e estudos que se concentram exclusivamente em intervenções farmacológicas ou terapias baseadas exclusivamente em abordagens biomédicas.

Neste processo, 10 artigos foram selecionados de acordo com os critérios de inclusão e exclusão previstos para compor a tabela da Revisão Integrativa. A análise resultou na

identificação de três categorias, de maneira indutiva após a leitura do resumo e análise dos artigos selecionados: o “sistema de escolarização”, que adota os padrões de comportamento e desenvolvimento, atuando no processo de controle e disciplinarização, a “normatização e padrões rígidos” como um fator que influencia no processo de patologização e medicalização dos comportamentos infantis nas instituições escolares, e a “influência dos modelos biomédicos”, que simplifica a complexidade da relação entre a criança e o ambiente e desconsidera os aspectos sociais, culturais e educacionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quadro 1. Artigos selecionados para revisão integrativa:

Nº	Autor(es)	Título do Artigo	Objetivo do Artigo	Resultados
1	ROZEIRA, Carlos Henrique Barbosa et al	A psicopatologização da vida cotidiana na infância	Refletir sobre o reducionismo biológico do sofrimento psíquico infantil e a tendência à medicalização.	Explora as complexidades do sofrimento psíquico infantil e discute a importância de uma abordagem crítica no tratamento de questões emocionais.
2	BARBOSA, Bianca Maria da Silva et al	A Medicalização da Infância e o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH): um estudo bibliográfico	Analisar o aumento dos diagnósticos de TDAH e sua relação com o fracasso escolar.	Destaca preocupações com diagnósticos equivocados de TDAH e enfatiza as origens da doença.
3	CATAI, Talyta de Oliveira	A patologização da infância: medicar para padronizar os comportamentos	Discutir a medicalização da infância e a padronização dos comportamentos.	A patologização classifica indivíduos como “anormais”, induzindo o uso de medicações.
4	GOMES, Julia Batista Correa	Análise de normativas referentes à patologização da infância	Analisar normativas no Brasil e MERCOSUL sobre patologização e diagnósticos como TDAH, Dislexia e Autismo.	Identifica uma vasta quantidade de políticas sobre dificuldades escolares.
5	DAFICO MADALENA VOLPE, Carolina; FERREIRA DA SILVA JÚNIOR, Cleuber; NAVES DOS SANTOS, Bárbara	As consequências do diagnóstico de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade em crianças	Conceituar TDAH e discutir a medicalização no contexto escolar.	Médicos enfrentam dificuldades diagnósticas, resultando em medicação inadequada.

Nº	Autor(es)	Título do Artigo	Objetivo do Artigo	Resultados
6	BARBOSA, Mariana de Barros; LEITE, César Donizetti Pereira	Infância e patologização: contornos sobre a questão da não aprendizagem	Refletir sobre a patologização e medicalização da infância em uma perspectiva psicopedagógica.	Discute impactos na aprendizagem e individualização das crianças.
7	MASCARENHAS, Claudia; TRAD, Leny Alves Bomfim	Laços entre colonialidade e patologização: produção da exclusão e da invisibilidade no cuidado às infâncias	Explorar a relação entre colonialidade e patologização no cuidado infantil.	Enfatiza a importância da sensibilidade no cuidado de crianças com diagnósticos.
8	BISPO, Rafael Lima; DE MATOS, Nizaneia Nascimento	Medicalização e Patologização da Infância: O Nascimento de uma Biopolítica da Educação	Refletir sobre a biopolítica da educação e a exigência de alta performance infantil.	A biopolítica vai além do controle disciplinar, envolvendo padrões normatizados.
9	MÜLLER, Laura Maria Mingotti; D'OLIVO, Fernanda Moraes	O discurso da patologização da infância: movimentos de leitura e produção de sentido	Compreender os efeitos dos diagnósticos de TDAH e dislexia na constituição do sujeito.	Aborda impactos da rotulação no desenvolvimento e oportunidades das crianças.
10	SILVA, Carla Maciel da; BAPTISTA, Cláudio Roberto	Patologização e medicalização da vida: a infância e os processos de escolarização	Compreender os processos de normalização e seus efeitos nos processos educativos.	Padrões escolares podem levar à exclusão, com a “inclusão” ocorrendo via medicação.

(Fonte: Elaborado pela autora, 2024)

3.1 Sistema de escolarização

O sistema educacional, ao priorizar a conformidade e a disciplina, pode desconsiderar as necessidades individuais das crianças, resultando em um ambiente que não favorece o aprendizado e o desenvolvimento saudável.

É fundamental compreender o papel da escola na vida das crianças, que frequentemente se veem obrigadas a se adaptar às exigências desse ambiente. Essa pressão resulta na estigmatização de comportamentos, levando à rotulação de algumas crianças como “difíceis” ou “problemáticas”, sem que se considerem os aspectos emocionais e psicológicos que as afetam. Tais comportamentos são frequentemente interpretados como patologias, resultando em intervenções e no uso inadequado de psicofármacos. Observa-se que o impacto da normatização no ambiente escolar, evidenciado pelos encaminhamentos de crianças para diagnósticos e tratamentos médicos, pode perpetuar um ciclo de marginalização e desconsideração das necessidades individuais.

Nas instituições escolares são estabelecidas um conjunto de normas para estabelecer regulação do comportamento e do aprendizado do indivíduo, que influencia na formação identitária e suas interações sociais. A disciplina e o controle são métodos de avaliação e vigilância para garantir que as normas estabelecidas sejam cumpridas e que haja aplicação de medidas para comportamentos considerados inadequados, ou seja, práticas de disciplina são fundamentais para a formação de indivíduos obedientes e normatizados (Foucault, 2008).

A coerção social para que crianças se ajustem a padrões de comportamento normatizados resulta em diagnósticos equivocados e intervenções medicamentosas desnecessárias, frequentemente desconsiderando a diversidade intrínseca das experiências infantis, essa dinâmica é visível nas escolas, onde a imposição de normas rígidas busca moldar a conduta dos alunos, a exigência por comportamentos normativos limita a compreensão do desenvolvimento infantil e promove uma abordagem excessivamente farmacológica, que não considera a riqueza da diversidade nas experiências das crianças.

Compreende-se as instituições educacionais como instrumentos de controle social que perpetuam desigualdades e hierarquias. A educação é retratada como um meio de relações de poder existentes, buscando garantir a conformidade e a docilidade dos indivíduos, resultando em uma homogeneização e limitação da individualidade (Foucault, 1987).

Os processos de disciplinarização e normatização que ocorrem nas escolas se relacionam com o poder entre as classes, relações de poder biopolítica nas análises de Foucault (1979), enfatizando que as classes mais altas podem ter acesso a melhores recursos educacionais e oportunidades, enquanto as classes mais baixas enfrentam barreiras que limitam seu desenvolvimento.

Quando analisamos que na sociedade existem diferenciações de classe, vemos também como as classificações de diagnósticos seguem a ótica de manter e reforçar essas desigualdades, o comportamento posto para diagnosticar indivíduos está entrelaçado com valores morais daqueles que detêm o controle para montar esses padrões.

Como cita Silva (2008) o poder entre as classes é visível em uma sociedade, que atua em favor de discursos com propósitos de controle e disciplinarização dos indivíduos, isso ocorre dentro da escola com a falta de sensibilidade por conta dos padrões impostos de

normatização educacional. Silva (2008) cita uma fala de Foucault (2003, p. 231) sobre poderes:

Na sociedade, há milhares e milhares de relações de poder e, por conseguinte, relações de forças de pequenos enfrentamentos, micro lutas de algum modo. Se é verdade que estas pequenas relações de poder são com frequências comandadas, induzidas do alto pelos grandes poderes de Estado ou pelas grandes dominações de classe, é preciso ainda dizer que, em sentido inverso, uma dominação de classe ou uma estrutura de Estado só podem bem funcionar se há, na base, essas pequenas relações de poder. O que seria o poder de Estado, aquele que impõe, por exemplo, o serviço militar, senão houvesse em torno de cada indivíduo todo um feixe de relações de poder que o liga a seus pais, a seu patrão, a seu professor – àquele que sabe, àquele que lhe enfiou na cabeça tal e tal ideia? (Foucault, 2003, p. 231).

Além de toda a mudança no sistema para um olhar mais profundo às crianças, essa mudança diz respeito a expectativa de conseguir ressignificar a percepção dos profissionais em relação às crianças, mudar o modelo tradicional da educação, vale ressaltar o contexto sociocultural onde diversas creches estão inseridas, analisando a criança e seu desenvolvimento com a família onde está inserida, sua referência cultural, entre outros (Mascarenhas; Trad, 2024).

Todo o sistema escolar está construído para identificar e reificar a inteligência, valorizar o dom e a vocação: inteligentes, dotados e vocacionados têm acesso à ciência e à cultura e serão bem-sucedidos na escola e fora dela; os demais devem acomodar-se nas habilitações sem prestígio, ocupar as funções inferiores e contentar-se com as posições subalternas (adequadas para os que não conseguiram chegar aos níveis mais elevados da pirâmide escolar). (VALLE, 2007, p.10)

O ambiente escolar frequentemente se organiza para categorizar e controlar os jovens, especialmente quando seus comportamentos não se alinham aos padrões socialmente aceitáveis, essas crianças se tornam reféns de diagnósticos que buscam justificar a falta de progresso escolar, não apenas para elas mesmas, mas também para aqueles que, por sua vez, não conseguiram progredir com o desenvolvimento esperado desse grupo. Assim, a posição de subalternidade dessas crianças é consolidada, perpetuando um ciclo de marginalização e exclusão.

3.2 Normatização e padrões rígidos

Os estudos dispostos nos artigos selecionados evidenciam a normatização de padrões rígidos na infância que são impulsionados pela medicalização e patologização de

comportamentos infantis, com o objetivo de padronizar comportamentos e transformar as diferenças individuais em transtornos que precisam ser corrigidos, enfatizando o modelo biomédico.

Estudos conduzidos por Rozeira et al (2020), analisam as normas sociais impostas para determinar o que é considerado “normal” e quais os impactos dessa normatização e percepção acerca do comportamento infantil no contexto escolar e da cultura de patologização e medicalização que tem se intensificado, levando a diagnósticos que anulam questões sociais, culturais, e emocionais de criança reduzindo ao modelo biomédico. Compreende-se que diagnósticos precoces possam levar a criança a limitar sua capacidade como um indivíduo em desenvolvimento, se tornando dependente do diagnóstico, medicação, e causando internalização de rótulos.

Fenômenos como uso de telas e exposição a redes sociais não estão sendo considerados para analisar o critério diagnóstico, anulando que mudanças no meio alteram o modo de se relacionar, impactando diretamente em comportamentos e na construção de subjetividade, limitando a resposta comportamental do sujeito a patologias.

A crescente discussão a respeito da patologização da infância no contexto escolar tem sido objeto de extensas discussões. Barbosa e Leite, (2020) e de Catai (2022) compartilham uma visão de crise institucional e social onde o comportamento é isolado e tratado de forma individualizada desconsiderando a complexidade educacional e social, levando a criança a diagnóstico e farmacologização para correção do que é considerado divergente e foge do que é considerado normal.

Com os critérios de controle das instituições de ensino é possível perceber que elas operam em nome de uma estrutura, onde quem não se adequa em determinados padrões a partir de sua influência será sentenciado a um diagnóstico, quando a escola não é capaz de padronizar o sujeito com seus mecanismos de coerção, a medicalização se faz necessária e com isso, a criança fica refém de substâncias farmacológicas a fim de encaixá-la nessa sistemática.

A patologização da infância segundo Gomes (2020) passou a ser vista e trazida como pauta recentemente, pois antes a criança estava em processo de formação então não seria um indivíduo “completo” para a sociedade, essa alteração de olhar para a criança permitiu mudanças nas discussões sobre aspectos de saúde e educação, trazendo uma melhora

nas condições de vida das crianças diagnosticadas com alguma patologia, mas também algum desconforto em mudar todo um “conceito educacional”.

A questão é, o que seria considerado uma “melhora nas condições de vida” para uma estrutura que quer extinguir comportamentos que são considerados desvios de padrão? Gotzsche (2016) afirma que a psiquiatria substituiu os cuidados pelo uso de medicamentos. No caso dos Inibidores Seletivos de Recaptação de Serotonina (ISRSs) para o tratamento do TDAH, observamos efeitos semelhantes aos da anfetamina.

Assim, quando vemos crianças em silêncios sentadas em suas salas de aula, isso não deve ser interpretado como um diagnóstico preciso; na verdade, os efeitos podem ser comparáveis aos da anfetamina, incluindo apatia, falta de humor e isolamento social.

Temos também a análise da “Psicopolítica neoliberal” de Byung-Chul Han (2014) que revela como as práticas e políticas educacionais estão cada vez mais voltadas para a maximização da produtividade dos alunos.

A psicopolítica neoliberal inventa formas de exploração cada vez mais refinadas. Inúmeros workshops de gestão pessoal, fins de semana motivacionais, seminários de desenvolvimento pessoal e treinamentos de inteligência emocional prometem a otimização pessoal e o aumento da eficiência sem limites. As pessoas são controladas pela técnica de dominação neoliberal que visa explorar não apenas a jornada de trabalho, mas a pessoa por completo, a atenção total, e até a própria vida. O ser humano é descoberto e tornado objeto de exploração. O imperativo neoliberal de otimização pessoal serve apenas a um funcionamento perfeito do sistema. Bloqueios, debilidades e erros devem ser removidos terapeuticamente para melhorar a eficiência e o desempenho. Assim, tudo é comparável, mensurável e está sujeito à lógica do mercado. Nenhuma preocupação com a boa vida impulsiona a otimização pessoal. Sua necessidade resulta apenas de coerções sistêmicas a partir da lógica do sucesso mercantil quantificável (Han, 2014, p. 45)

Essas diversas formas de “otimização” pessoal refletem a naturalização de um ritmo constante e intenso de produtividade, levando a considerar aqueles que não se encaixam nesse padrão como fora da norma. Nesse contexto, emerge uma outra face do neoliberalismo: a banalização do diagnóstico. A normalidade se torna quase sobre-humana, e as consequências da inadequação à psicopolítica neoliberal passam a ser vistas como características da identidade do indivíduo, que muitas vezes precisam ser corrigidas, a escola serve de instrumento de encaminhamento quando não é suficiente para condicionar esse novo molde comportamental.

A resposta superficial as questões complexas são trazidas na maioria das vezes como diagnósticos de transtornos, como por exemplo o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade. Podemos observar que a lógica neoliberal influencia diretamente em

associar comportamentos desviantes com diagnósticos, além do agravante do processo de medicalização com o instrumento da psiquiatria para associação de efeitos de sedativos com a normalidade, os diagnósticos levam a intervenções medicamentosas, seus efeitos são associados a melhora por se tratar daquilo que o sistema entende por natural e produtivo, enquanto alimentam uma indústria lucrativa.

3.3 Influência dos modelos biomédicos

As crianças rotuladas com diagnósticos psiquiátricos, na maioria das vezes, são direcionadas a tratamentos em que se destacam os problemas comportamentais, o que aponta para uma resposta superficial, direcionada a diagnósticos como o Transtorno de Déficit de Atenção (TDAH).

A principal crítica aos modelos biomédicos está em sua limitação para considerar as dimensões pedagógicas e sociais que impactam o comportamento das crianças. Estudos dirigidos por Müller e D'Oliveira (2020) discutem os diagnósticos de TDAH e dislexia relacionados ao ambiente educacional, que é complexo e deve incluir aspectos sociais, educacionais e psicológicos. Ambos podem ser vistos como construções, normas, e expectativas sociais.

A importância de uma abordagem crítica e reflexiva sobre a medicalização e patologização na instituição educacional é identificada no estudo de Silva e Batista:

Para a reflexão sobre a medicalização e a patologização no contexto escolar, algumas discussões assumirão centralidade neste estudo, como a problematização acerca dos processos de avaliação inicial e diagnóstica, a constituição do conceito de deficiência e o processo de escolarização. Desse modo, reconhecemos a necessidade de discutirmos, mesmo que brevemente, os diferentes conceitos e fenômenos que serão debatidos ao longo dessa escrita, como medicalização e patologização (Silva; Batista, 2021, p. 54).

O texto sugere que a patologização dessas diversidades de comportamento em transtornos patológicos que requerem intervenção médica reforçam o modelo biomédico, simplificando a complexidade das interações entre a criança e o ambiente, desconsiderando as políticas sociais, práticas educacionais inadequadas, e as dinâmicas familiares.

Foucault (2008) destaca que o discurso biomédico contribui para a criação de subjetividades, moldando como os indivíduos percebem a si mesmos e suas condições de saúde. Diagnósticos e tratamentos, em vez de serem meramente terapêuticos, podem

reforçar estigmas e marginalizar aqueles que não se encaixam nas normas estabelecidas, podendo perpetuar desigualdades e exclusões, em vez de promover a saúde de maneira inclusiva.

A crítica foucaultiana nos convida a refletir sobre as implicações éticas e políticas da medicalização da vida, questionando como essas práticas podem ser reformuladas para promover uma abordagem mais holística e inclusiva da saúde. Reconhecer a diversidade das experiências humanas e as complexas interações entre o biológico e o social é crucial para essa reformulação.

A análise de Foucault (2008) sobre os modelos biomédicos revela a necessidade de questionar as estruturas de poder que sustentam essas práticas. Buscar alternativas que valorizem a autonomia e a dignidade dos indivíduos é essencial para avançar para um paradigma educacional que não apenas trate doenças, mas também promova o bem-estar integral dos seres humanos. A crítica ao modelo biomédico nos desafia a considerar como as práticas médicas podem ser mais inclusivas e respeitosas das diferenças individuais, promovendo uma educação que reconheça a complexidade e a riqueza da experiência humana. Dessa forma, podemos imaginar um futuro em que a saúde é vista não apenas como a ausência de doença, mas como um estado de bem-estar que abrange todas as dimensões da vida humana, esse discurso ressoa na educação, as instituições de ensino servem como aparelho para encaminhamento com uma classificação de patologia pré estabelecida.

De acordo com Barbosa (2023) e Dafico, Ferreira, e Naves (2021) as intervenções médicas para tratamentos de comportamentos e dificuldades infantis vem ganhando espaço com o aumento dos diagnósticos do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade como justificativa dessas dificuldades e vem se tornando o principal diagnóstico psiquiátrico no contexto escolar com a prescrição de psicoestimulantes como Ritalina e Adderall, uma visão biomédica e limitada, que apresenta solução rápida e desconsidera a relação desses comportamentos com fatores pedagógicos e ambientais direcionando e simplificando a definição da criança pelo seu diagnóstico e tratamento farmacológico.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade, isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros [...], os meios pelo qual cada um deles é sancionado, as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da verdade; o status daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdadeiro (Foucault, 1979, p. 167).

Michel Foucault, em suas obras “Vigiar e Punir” (1999) e “O Nascimento da Biopolítica” (2008), oferece uma análise crítica dos modelos biomédicos, destacando como eles se entrelaçam com as estruturas de poder e controle social. O autor argumenta que o modelo biomédico transcende a simples aplicação de práticas científicas à saúde, funcionando como uma extensão das práticas disciplinares que visam regular e normatizar os corpos. O modelo biomédico opera como uma tecnologia de poder, onde o corpo humano é objeto de vigilância e intervenção. Nesse contexto, a medicalização da sociedade não é apenas uma questão de saúde, mas uma forma de biopolítica, onde o Estado exerce controle sobre a vida dos indivíduos. As práticas médicas, portanto, tornam-se um meio de intervenção política, estabelecendo normas de normalidade e patologia que frequentemente ignoram as complexidades sociais e culturais dos indivíduos.

Os diagnósticos procuram apresentar a patologia de um sujeito, porém, é invalidada a importância de saber a maneira como o sujeito percebe e interpreta o mundo ao redor, a medicalização é a solução mais “rápida” para normalizar o paciente, excluindo a relação que ele tem consigo mesmo (Serpa, 2008).

A rotulação sobre um possível diagnóstico interfere na vida social desses indivíduos, a partir do momento que toda rotina, modo de produção de saber e o autoentendimento é impactado não só pela categorização e pelas intervenções que são impostas depois de um laudo médico, mas também pelo olhar social que impactará diretamente na construção de suas relações.

A prescrição dos medicamentos como a Ritalina e outros psicoestimulantes é apresentada por Bispo e De Matos (2023), como uma ferramenta biopolítica que promove o desempenho e desenvolvimento esperado pelas instituições.

Os efeitos desses medicamentos fazem parte do processo condicionante para a criação de um indivíduo mais produtivo, como almeja o neoliberalismo, por isso os fármacos são introduzidos como a solução para comportamentos que essa sistemática entende como desvio, as consequências de seus efeitos sedativos e entorpecentes trazem crianças mais silenciosas e que não distraem as demais nas instituições que visam moldar esse modo de vida.

CONCLUSÃO

Considerando os pontos discutidos ao longo deste trabalho, observa-se que a medicalização e a patologização dos comportamentos infantis no ambiente escolar emergem como um fenômeno preocupante, fruto das dinâmicas de controle social e das práticas normativas vigentes. A análise integrativa da literatura permitiu identificar como a normatização, sustentada por rígidos padrões de comportamento, tem sido utilizada como um mecanismo para padronizar o comportamento infantil, muitas vezes desconsiderando a diversidade e as complexidades inerentes ao desenvolvimento humano, considerados inadequados são frequentemente patologizados no ambiente escolar, refletindo em uma tendência de intervenções farmacológicas na infância e também examinando como as imposições de regras e a normatização afetam a construção da identidade dos indivíduos e suas interações sociais, destacando o processo de subjetivação em relação ao controle das relações de poder.

A partir das teorias de Michel Foucault (1978), compreende-se que a medicalização da infância não se restringe ao campo da saúde, mas se insere em um contexto mais amplo de governamentalidade e biopolítica, no qual a sociedade moderna busca regular a vida das crianças a partir de normas que, ao serem impostas, resultam na exclusão de comportamentos divergentes. Nesse sentido, a patologização dos comportamentos que fogem ao padrão esperado deve ser vista como um reflexo das relações de poder que permeiam as práticas educativas contemporâneas, intensificadas pelas lógicas do neoliberalismo, conforme discutido por Byung-Chul Han (2014).

A influência dos modelos biomédicos, ao reduzir a complexidade das experiências infantis a diagnósticos simplificados, representa uma problemática significativa, especialmente quando considerada sob a ótica das práticas educacionais. A pressão para que crianças se adaptem a padrões normativos de comportamento e desempenho resulta em uma abordagem reducionista que desconsidera as nuances do processo de aprendizagem e desenvolvimento, a patologização, não apenas estigmatiza, mas também limita as oportunidades de crescimento pleno das crianças, resultando em intervenções que desconsideram fatores contextuais e sociais importantes, e para além disso, contribui para

solidificação e nutrição de hierarquias impostas e por consequência, aumentando as desigualdades sociais.

Ao analisar a escola como um espaço de controle e higienização social, identifica-se que a busca por um ambiente “saudável” e “ordenado” frequentemente leva à exclusão de crianças que não se enquadram nas normas estabelecidas. Esse processo, alinhado à lógica neoliberal reforça a tendência de tratar as crianças como objetos que precisam ser moldados e otimizados para atender às expectativas de produtividade e conformidade. Essa abordagem contribui para uma cultura educacional que valoriza a padronização em detrimento da singularidade, deixando claro que, quando essas expectativas não são atendidas, a medicalização é apropriada, e o processo de patologização é acionado para dar respaldo às intervenções medicamentosas que terão como objetivo moldar os comportamentos desviantes, o efeito do fármaco deixa as crianças com reações similares à de anfetamina, o que é tido como um sucesso condicionante.

As reflexões de Foucault (1978) proporcionam uma importante lente crítica para entender as dinâmicas de poder que influenciam a infância, alertando para a necessidade de uma abordagem mais holística e menos intervencionista. A continuidade das pesquisas sobre o tema é imprescindível para aprofundar o entendimento sobre as relações de poder que permeiam o contexto educacional e para o desenvolvimento de práticas que considerem a totalidade do ser humano, respeitando suas peculiaridades e promovendo ambientes escolares mais acolhedores e justos.

É necessário então, um esforço conjunto entre educadores, profissionais da saúde, e familiares para repensar as práticas atuais de diagnóstico e intervenção no ambiente escolar. A medicalização e a patologização dos comportamentos infantis devem ser compreendidas dentro de um contexto mais amplo de controle social, o que demanda uma reflexão crítica acerca das implicações dessas práticas sobre o desenvolvimento e a saúde mental das crianças, a promoção de uma educação inclusiva, que valorize a diversidade e respeite a individualidade de cada criança, é fundamental para o enfrentamento dessas questões.

Em síntese, este estudo reforça a necessidade de um diálogo constante e crítico sobre as intervenções pedagógicas e de saúde mental nas instituições de ensino, visto que a posição de reflexão envolve não apenas as considerações do modelo educacional, mas também de

toda uma sistemática que ressoa no modelo de vida e trabalho, somente através de uma abordagem que valorize a diversidade e respeite as singularidades da infância será possível construir práticas educativas que efetivamente promovam o bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva, justa e mais crítica frente aos fenômenos experienciados.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fulvia Cristina do Carmo; BRANDÃO, Marileny Boechat Frauches; BACELAR JÚNIOR, Arilton Januário. A medicalização da infância na contemporaneidade: revisão integrativa. **Mental**, v. 13, n. 24, p. 1-25, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Traduzido por Raquel Ramalhe. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. O Nascimento da Biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOTZSCHE, Peter C. **Medicamentos mortais e crime organizado: como a indústria farmacêutica corrompeu a assistência médica**. Bookman Editora, 2016.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica Neoliberal: A Exploração Psicológica do Nosso Mundo Neoliberal**. Lisboa: Relógio D'Água, 2014.

LUENGO, Fabiola Colombani. A vigilância punitiva: a postura dos educadores no processo de patologização e medicalização da infância. 2010.

MENDES, C. L. (2006). O corpo em Foucault: superfície de disciplinamento e governo. **Revista de Ciências Humanas**, (39), 167-181.

SCARIN, Ana Carla Cividanes Furlan; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Medicalização e patologização da educação: desafios à psicologia escolar e educacional. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 24, p. e214158, 2020.

SERPA Jr, O. D. (2003). Indivíduo, organismo e doença: a atualidade de "O Normal e o Patológico" de Georges Canguilhem.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, v. 8, p. 102-106, 2010.

VALLE, I. R. (2007). A obra do sociólogo Pierre Bourdieu: uma irradiação incontestável. **Educação e Pesquisa**, 33, 117-134.